

Termo de Referência 21/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2023	110404-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA	17/11/2023 14:47 (v 7.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Serviços	90262/2022	60041.000870/2022-48

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Chamada Pública para a escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição de Gêneros Alimentícios (gêneros secos e produtos de origem animal) de agricultores familiares e demais organizações beneficiárias que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com fulcro no art. 4º da Resolução GGALIMENTA nº 3/2022, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, regulamentado no art. 3, inciso V do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, visando atender as necessidades do Ministério da Defesa (MD), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
					UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	Banha Suína	17302	POTE 900g	104	R\$ 24,74	R\$ 2.572,96
2	Açúcar Tipo Cristal	463988	Pacote 2 KG	1250	R\$ 8,28	R\$ 10.350,00
3	Açúcar Tipo Refinado	463994	Pacote 1 KG	1000	R\$ 4,83	R\$ 4.830,00
4	Feijão Preto	472894	Saco 1 Kg	104	R\$ 7,63	R\$ 793,52
5	Feijão Cariquinha	464553	Saco 1 Kg	52	R\$ 9,15	R\$ 475,80
6	Feijão Branco	464559	Saco 500 g	52	R\$ 8,42	R\$ 437,84

7	Arroz Branco; Tipo: Longo Fino; Subclasse: Polido	458904	Saco 5 Kg	52	R\$ 26,61	R\$ 1.383,72
8	Arroz Agulhinha Integral	458906	Saco 1 Kg	104	R\$ 8,10	R\$ 842,40
9	Macarrão Parafuso	458980	Saco 500 g	52	R\$ 4,84	R\$ 251,68
10	Macarrão Talharim	458961	Pacote 500 g	52	R\$ 7,44	R\$ 386,88
11	Macarrão Espaguete	458955	Pacote 500 g	104	R\$ 4,94	R\$ 513,76
12	Farinha de Trigo	460263	Pacote 500 g	156	R\$ 6,59	R\$ 1.028,04
13	Azeite de Oliva Extra Virgem	478822	Garrafa 500 ml	364	R\$ 28,90	R\$ 10.519,60
<b>CUSTO TOTAL GERAL (R\$)</b>						<b>R\$ 34.386,20</b>

(\*) Estimativa readequada pela Seção de Gestão Alimentar Despacho nº 595/SEGAL/COSER MD/GESEP/DESEG/SEORI /SG-MD (6586877) e Mapa Comparativo NUPP (6494422).

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2.1. Os bens objeto desta chamada pública são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar do Apêndice I (6712390)

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do (a) data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 34.386,20 (trinta e quatro mil e trezentos e oitenta e seis reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

**2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.**

**2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:**

**ID PCA no PNCP: 03277610000125-0000002/2023;**

**Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;**

**Id do item no PCA: Item 225 a 308;**

**Classe/Grupo: 8915 – Frutas, verduras e Legumes;**

**8950 – condimentos e produtos correlatos; 8955 – Café, Chá e chocolate;**

**8945 – Óleos e gorduras comestíveis; 8910 – Ovos e Laticínios; e**

**Identificador da Futura Contratação: 110404\_262/2022.**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO** (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133 /2021)

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, que abrange e tem por finalidade a realização de Chamada Pública para a aquisição de gêneros alimentícios (gêneros secos e produtos de origem animal) de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 5ª edição, revista, atualizada e ampliada, agosto 2022:

4.1.1.1.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá adotar as práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º, da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, quando couber;

4.1.1.1.2. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.1.1.3. Os produtos deverão conter em sua embalagem as informações previstas para rotulagem de produto;

4.1.1.1.4. A rotulagem deverá ser aprovada (registrada) pelo órgão competente, constando nesta, nome e informações sobre o produto, lote, data de fabricação e de validade, CNPJ, nome e endereço do fabricante/fornecedor, condições de armazenamento, nomenclatura do material, unidade de fornecimento, quantidade e peso da embalagem;

4.1.1.1.5. A embalagem deve ser fabricada em material atóxico, limpa, sem rasgos, amassados, cortados, sem sinais de ferrugens, cortados, furados ou qualquer dano que possa ocasionar alterações ao produto;

4.2. Da exigência de amostra:

4.2.1. Não haverá necessidade de amostras.

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do pedido via Fax/ou E-mail, atestado pela respectiva nota de empenho, deverá ser entregue de forma parcelada, de acordo com a demanda, em estrita observância às especificações desse instrumento, conforme o pedido.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço; Edifício da Administração Central do Ministério da Defesa - Esplanada dos Ministérios - Bloco “Q” - Subsolo – Brasília - DF – COSER / Seção de Gestão Alimentar (SEGAL), - Portão de acesso pela Via N2 - CEP 70052-900.

5.3. As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, nos horários de 09:00 às 11:00 ou 14:00 às 16:30, sendo as peculiaridades da entrega acertadas com a SG. Juliana na SEGAL.

5.3.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior ao previsto na tabela abaixo, e as quantidades de requisições por demanda/ remessa:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Validade	Requisição Mínima	Requisição Máxima
1	Banha Suína	365 dias	35	104

2	Açúcar Tipo Cristal	365 dias	416	1250
3	Açúcar Tipo Refinado	90 dias	333	1000
4	Feijão Preto	180 dias	35	104
5	Feijão Cariquinha	180 dias	17	52
6	Feijão Branco	180 dias	17	52
7	Arroz Branco; Tipo: Longo Fino; Subclasse: Polido	365 dias	17	52
8	Arroz Agulhinha Integral	365 dias	35	104
9	Macarrão Parafuso	180 dias	17	52
10	Macarrão Talharim	180 dias	17	52
11	Macarrão Espaguete	180 dias	35	104
12	Farinha de Trigo	90 dias	52	156
13	Azeite de Oliva Extra Virgem	180 dias	121	364

5.3.2. As requisições serão realizadas conforme demanda/ necessidade do setor requisitante, mediante a utilização dos produtos.

5.3.2.1. Requisição Máxima: 100% (cem por cento)

5.3.2.2. Requisição Mínima: 33% da quantidade. Devido a baixa perecibilidade dos produtos a requisição mínima a ser feita pela administração será a quantidade total prevista para cada item dividida por 33% (trinta e três por cento), para que sejam realizadas remessas 3 vezes durante a vigência do contrato.

5.3.2.3. Ressalta-se ainda, que a previsão de requisição mínima e máxima não tem o condão de restringir ou limitar à competitividade, mas indicar as capacidades que os contratados devem possuir para atendimento da demanda, uma vez que, para entregas parceladas é necessário que os contratados considerem todos os custos envolvidos no preço de cada item.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4.1. No recebimento dos gêneros será verificado se os produtos apresentam as características técnicas constante da tabela abaixo:

## Itens: 1 ao 13

Devem apresentar-se em suas respectivas embalagens originais de fabricação, destinadas a garantir a conservação e facilitar o transporte e manuseio. A rotulagem deve conter a denominação de venda ou denominação de marca do alimento, lista de ingredientes, quando for o caso, conteúdos líquidos, identificador da origem, nome ou razão social e endereço do fabricante, dono da marca ou do importador, no caso de o alimento ser importado, identificação do lote, prazo de validade (antes e depois de aberto), instruções sobre o preparo do alimento, quando for necessário, denominação de condições especiais para a conservação do produto, com representação gráfica de rotulagem com a qualidade devidamente visível, legível, compreensível, cumprindo toda a totalidade dos parâmetros que identifica a qualidade do alimento, embalagens totalmente integras, com a ausência de danos físicos e vedadas, não devem apresentar qualquer tipo de aberturas, rachaduras, cortes, perfurações, amassados, ferrugem ou quaisquer tipos de danificações anormais a embalagem que possa danificar o produto, deve conter informações de acordo com a Resolução-RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002 e demais informações necessárias e obrigatórias.

5.5. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tal como: Decreto-Lei nº 986/1969.

5.5.1. Deverão ser tomadas medidas para proteger os produtos alimentícios de contaminação por animais, insetos, aves e por elementos químicos ou microbiológicos ou por outras substâncias indesejáveis, durante a manipulação, a armazenagem e o transporte.

5.6. A inspeção dos produtos será realizada no local de entrega, pelo setor demandante.

5.6.1. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

6.2. Por tratar-se de aquisições de materiais de gêneros secos e café em grão e em pó por meio de Chamada Pública provenientes de Agricultura Familiar, não gerando assim obrigações futuras além das garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e neste Termo de Referência.

6.3. A não execução ou atrasos da entrega dos produtos gerará sanções, conforme as informações discriminadas na cláusula décima primeira, no termo de contrato, anexo II da Resolução GGALIMENTA 3, de 14 de junho de 2022.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila .

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

### Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O Fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).



7.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

7.16. Os bens serão recebidos conforme as informações contidas no item 5. Modelo de Execução do Contrato, contendo os prazos e descrição neste artefato.

#### **Liquidação**

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.17.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.18.1. O prazo de validade;

7.18.2. A data da emissão;

7.18.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.18.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.18.5. O valor a pagar; e

7.18.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na

impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.21. A administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.26. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

### **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CHAMADA PÚBLICA, na modalidade COMPRA INSTITUCIONAL, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as especificadas no artigo 7º da resolução nº 3 GGALIMENTA, de 14 de junho de 2022, conforme disciplinado no Edital de Chamada Pública.

I - os Beneficiários Fornecedores:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) extrato da DAP Física ou CAF do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) proposta de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural com assinatura do agricultor participante;
- d) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada na proposta de venda; e
- e) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

II - as Organizações Formais Fornecedoras:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) extrato da DAP Jurídica ou CAF para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- e) proposta de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar assinada pelo seu representante legal;
- f) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- g) declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e
- h) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

III- Demais grupos fornecedores:

- a) número do Cadastro de Pessoa Física – CPF
- b) extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) proposta de venda de produtos da agricultura familiar com assinatura de todos os agricultores participantes;
- d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e
- e) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria dos agricultores participantes da proposta.

8.3. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta aquisição, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Somente para o item mencionado na tabela abaixo. Conforme prescreve o §1º do art. 67, da lei nº 14.133/21;

“§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.”

ITEM	DOCUMENTAÇÃO
Itens 1,2,3,7 e 13	Comprovação de capacidade de entrega de item/ gênero alimentício de forma geral, que comportem ao menos 30% da quantidade solicitada.

8.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

I) CNPJ da licitante; e

II) O Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão e CNPJ e Razão Social da empresa.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2023.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

9.1.2. Dotação Orçamentária de 2023: Órgão / unidade 52101 – Ministério da Defesa.

9.1.3. Programa de Trabalho do MD: 05.331.2108.2012.0053 (Administração da Unidade) e 05.122.2108.2000.0001 (Alimentação de Militares em Rancho);

9.1.4. ND 33.90.30 - (Material de Consumo).

## 10. APÊNDICES

10.1. Apêndice I - Estudos Técnicos Preliminares Digital nº 7/2023 (6712390);

10.2. Apêndice II - Histórico de Consumo;

10.3. Apêndice III - Modelo de Proposta de Venda;

10.4. Apêndice IV - Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar para Beneficiários Fornecedores;

10.5. Apêndice V - Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar para Organizações Formais Fornecedoras;

10.6. Apêndice VI - Modelo de Declaração Produção Própria do Agricultor Familiar para demais Grupos Fornecedores; e

10.7. Apêndice VII - Modelo de Declaração de Responsabilidade pelo Controle do Limite Individual de Venda.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CARLOS VICTOR TEIXEIRA DE VASCONCELOS**

Chefe da Assessoria de Cerimonial



*Assinou eletronicamente em 23/10/2023 às 16:57:55.*

**ODILON MAZZINI JUNIOR**

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais



*Assinou eletronicamente em 18/10/2023 às 15:28:51.*

**WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR**

Ordenador de Despesas



*Assinou eletronicamente em 17/11/2023 às 14:47:07.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apendice.pdf (891.88 KB)

**APÊNDICE II – HISTÓRICO DE CONSUMO**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>QTD A CONTRATAR</b>	<b>QTD ADQUIRIDA EM 2018</b>	<b>QTD ADQUIRIDA EM 2019</b>	<b>QTD ADQUIRIDA EM 2020</b>	<b>QTD ADQUIRIDA EM 2021</b>
1	Banha Suína	104	00	00	00	00
2	Açúcar tipo Cristal	1250	12.091	8.400	7.683	3.183
3	Açúcar tipo Refinado	1000	14.306	3.546	2.916	00
4	Feijão Preto	104	3.563	748	254	350
5	Feijão Cariquinha	52	2.270	1.458	376	857
6	Feijão Branco	52	76	34	19	00
7	Arroz Branco; Tipo: Longo fino; Sub Classe: Polido	52	3.140	1.298	234	57
8	Arroz Agulhinha integral; Tipo: Longo fino; Sub Classe: integral	104	264	674	142	72
9	Macarrão parafuso	52	730	676	769	1.001
10	Macarrão Talharim	52	677	522	32	36
11	Macarrão espaguete	104	1.054	584	509	224
12	Farinha de trigo	156	605	554	219	314
13	Azeite de Oliva Extra Virgem	364	6.131	4.118	2.913	1.657

**APÊNDICE III – MODELO DE PROPOSTA DE VENDA**

PROPOSTA DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR					
Proposta de atendimento à Chamada Pública nº _____					
I - IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA					
1. Nome do Proponente				2. CNPJ	
3. Endereço			4. Município	5. CEP	
6. Nome do representante legal		7. CPF		8. DDD/Fone	
9. Banco		10. N° da Agência		11. N° da Conta Corrente	
II - RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS					
1. Identificação do agricultor familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Preço Total
Nome					
CPF					
N° DAP ou CAF					Total agricultor



Nome					
CPF					
Nº DAP ou CAF					Total agricultor

Nome					
CPF					
Nº DAP ou CAF					Total agricultor
Nome					
CPF					
Nº DAP ou CAF					Total agricultor
Nome					
CPF					
Nº DAP ou CAF					Total agricultor

Total da proposta				
III - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO				
1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
Total da proposta:				
IV - DESCREVER OS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS DOS PRODUTOS				

V - CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, número de sócios, missão, área de abrangência)

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas nesta proposta e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:

Assinatura do Representante da Organização Fornecedora

Fone/E-mail:

CPF:

**APÊNDICE IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA DO  
AGRICULTOR FAMILIAR PARA BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES  
(FORNECEDOR INDIVIDUAL)**

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADA PÚBLICA Nº \_\_\_\_\_)

Eu, \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_ e DAP ou CAF  
física nº \_\_\_\_\_ declaro, para fins de participação na modalidade  
Compra Institucional, do Programa de Aquisição de Alimentos, que os gêneros alimentícios relacionados  
na proposta de venda em meu nome são oriundos de produção própria.

Local, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**APÊNDICE V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA DO  
AGRICULTOR FAMILIAR PARA ORGANIZAÇÕES FORMAIS FORNECEDORAS**

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADA PÚBLICA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_)

Eu, \_\_\_\_\_ representante da Cooperativa/Associação  
\_\_\_\_\_, com CNPJ nº \_\_\_\_\_ e DAP ou CAF  
Jurídica nº \_\_\_\_\_ declaro, para fins de participação na Chamada Pública nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, na  
modalidade Compra Institucional, do Programa de Aquisição de Alimentos, que os gêneros alimentícios  
relacionados na proposta de venda são oriundos de produção dos cooperados/associados que possuem  
DAP ou CAF física e compõem esta cooperativa/associação.

Local - , \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**APÊNDICE VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA DO  
AGRICULTOR FAMILIAR PARA DEMAIS GRUPOS FORNECEDORES**

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADA PÚBLICA Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_)

Eu, \_\_\_\_\_ representante do Grupo fornecedor,  
\_\_\_\_\_, com CPF nº \_\_\_\_\_ e DAP Física nº  
\_\_\_\_\_ declaro, para fins de participação na Chamada Pública nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, na  
modalidade Compra Institucional, do Programa de Aquisição de Alimentos, que os gêneros alimentícios  
relacionados na proposta de venda são oriundos de produção dos agricultores listados na proposta de  
venda, que possuem DAP física.

Local - , \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**APÊNDICE VII - Modelo de Declaração de Responsabilidade pelo Controle do  
Atendimento do Limite Individual de Venda dos Cooperados/ Associados  
DECLARAÇÃO**

O (A) \_\_\_\_\_ (nome do Grupo Formal) , CNPJ nº \_\_\_\_\_, DAP ou CAF jurídica nº \_\_\_\_\_ com sede \_\_\_\_\_ , neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_ (nome do representante legal de acordo com a Proposta de Venda) , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ , CPF nº \_\_\_\_\_, nos termos do Estatuto Social, declara que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por DAP ou CAF/ANO CIVIL/ ÓRGÃO COMPRADOR referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei no 14.628, de 20/07/2023, Decreto nº 11.476, de 06/04/2023 e da Resolução GGPAB nº 3, de 14 de junho de 2022, modalidade Compra Institucional, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e demais documentos normativos, no que couber.

Local e Data.

---

(Representante legal)